

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 499.962 - SP (2019/0080919-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : RODRIGO BIAGIONI
ADVOGADO : RODRIGO BIAGIONI - SP209989
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : BRENDON GOMES DE AVELINO (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS (162 G DE MACONHA). PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO. MOTIVAÇÃO INIDÔNEA. EVIDÊNCIA DE ILEGALIDADE. PARECER ACOLHIDO.

Ordem concedida nos termos do dispositivo.

DECISÃO

Por meio deste *habeas corpus*, pretende-se a imediata revogação da prisão preventiva decretada contra **Brendon Gomes de Avelino** no Processo n. 1503118-44.2018.8.26.0400, da Vara Criminal da comarca de Olímpia/SP, sob o argumento, em resumo, de falta de fundamentação idônea a amparar a custódia.

Indeferi o pedido liminar (fls. 108/109).

Prestadas as informações (fls. 114/115), o Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fls. 118/121).

É o relatório.

Da análise mais detida dos autos, verifico que está correto o parecer escrito pelo Subprocurador-Geral da República Mário Pimentel Albuquerque, o qual adoto como razão de decidir (fls. 119/121 - grifo nosso):

[...]

Realmente, não houve fundamentação idônea a ensejar a prisão provisória do réu, ante a ausência da perfeita subsunção das circunstâncias do caso aos requisitos da prisão preventiva, previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal.

A decisão do juízo de primeira instância limitou-se a expressar questões de ordem abstrata e de cunho genérico, simplesmente fazendo menção aos requisitos do art. 312 do CPP, sem, contudo, adequá-los ao caso concreto. Veja-se, a propósito, o seguinte trecho decisão que decretou a prisão preventiva (e-STJ, fl. 56):

A manutenção da prisão processual da parte autuada se faz necessária, porquanto os pressupostos e os fundamentos que a ensejaram (fumus comissi

Superior Tribunal de Justiça

delicti et periculum libertatis), bem como os requisitos de admissibilidade, por ora se sustentam, nos termos do art. 312 c.c. o art. 313, I, do CPP, justificando-se a manutenção como garantia da ordem pública, em homenagem aos bens jurídicos tutelados (a saúde pública, primariamente, e a vida, a saúde pessoal e a família [STF, RT 618/407], secundariamente), haja vista a gravidade do fato indicado (tráfico ilícito de drogas) e a repercussão social, mormente para uma cidade interiorana de proporções pequenas, como é Severínia. ESSE COMPORTAMENTO PROMOVE DESORDEM CONCRETA (PALPÁVEL) NA SOCIEDADE, COM REFLEXOS NEGATIVOS E TRAUMÁTICOS NA VIDA DE FAMÍLIAS. E SEM ORDEM NÃO HÁ PROGRESSO.

Por sua vez, o acórdão atacado acrescentou que “... os crimes de tráfico e de associação ao tráfico, ainda que não cometidos com violência e grave ameaça, fomentam, em tese, a prática de outros delitos tão ou mais graves, o que provoca, com frequência alarmante, intranquilidade para o seio da comunidade, justificando a prisão cautelar, pois indispensável à garantia da ordem pública. Note-se, ainda, que referidos delitos têm como principal engrenagem motora a dependência química e psíquica, principalmente por parte de jovens de diferentes classes sociais, o que acaba por resultar no aumento da criminalidade pelo cometimento de crimes mais graves em prol do sustento de tal vício. Assim, temerária a soltura da paciente neste momento, pois a sua colocação em liberdade dar-se-ia em grave prejuízo à sociedade.” (e-STJ, fls. 98/99)

Esse tipo de entendimento transforma em regra aquilo que, expressamente, deve ser interpretado como a exceção, de modo que, se tomarmos como verdadeira a afirmação trazida pelo acórdão, toda prisão em flagrante consistente na prática de crime de tráfico de entorpecentes deve ser convertida em preventiva, independentemente da análise das circunstâncias do caso concreto.

Ora, é cediço o entendimento das Cortes Superiores pátrias de que a prisão antecipada é medida excepcional que deverá estar, obrigatoriamente, fundamentada em dados específicos e concretos, ao revés daquela fórmula genérica, baseada, sobretudo, na própria conduta delitiva abstratamente considerada. Igualmente, a simples menção aos requisitos legais da segregação não se presta a embasar a custódia cautelar.

Corroborando esse entendimento, colacionamos o seguinte precedente:

“[...] 3. A segregação cautelar é medida excepcional, mesmo no crime de tráfico de entorpecentes, sendo certo que o decreto de prisão processual exige a especificação concreta da existência de pelo menos um dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal. **4. Não havendo elementos hábeis e específicos a justificar a custódia, resta configurada ilegalidade na decretação de preventiva, tendo em vista que a fundamentação baseada genericamente na garantia da ordem pública não encontra amparo na jurisprudência desta Corte.**

Precedentes. 5. Hipótese em que o posicionamento sedimentado na Súmula 691 merece ser superado, pois se mostra devida a concessão de liberdade provisória, dadas as circunstâncias do delito, as condições judiciais favoráveis da paciente bem como o fato de não se tratar de tráfico de grande proporção 44,79g de maconha. 6.

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício. (HC 306.695/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 03/03/2015, DJe 12/03/2015) [g.n.].

Superior Tribunal de Justiça

Destacamos, ainda, que a existência de indícios de autoria e prova da materialidade, bem como o juízo valorativo sobre a gravidade genérica do delito imputado ao paciente não se prestam isoladamente a embasar a custódia cautelar.

Ante o exposto, opinamos pela concessão da ordem, sem prejuízo da decretação de nova prisão cautelar, desde de que esteja concretamente fundamentada.

Realmente, vê-se dos autos que a motivação adotada para decretar a prisão do paciente é genérica e não se presta a justificar a medida extrema.

Assim, acolhendo a opinião ministerial, **concedo** a ordem para revogar a prisão preventiva de **Brendon Gomes de Avelino**, salvo se por outra razão estiver preso e ressalvada a possibilidade de haver decretação de prisão e aplicação de medidas cautelares diversas no Juízo processante, caso se apresente motivo concreto para tanto.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator